

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Termo de Referência 83/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
83/2025	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA	31/08/2026 17:25 (v 0.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000924/2025-26

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25032.000924/2025-26)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de *serviços contínuos* de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, higienização, instalação e desinstalação de equipamentos de refrigeração, aparelhos de ar condicionado, freezers (incluindo de vacinas), geladeiras e bebedouros, com reposição de peças, visando atender às demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Jurua (DSEI/ARJ), Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), UBSIs e Polos Base de Porto Walter, Feijó, Tarauacá, Jordão, Mêncio Lima e Marechal Thaumaturgo, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A2] [A3]
1	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	15	R\$ 625,00	R\$ 9.375,00

2	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	15	R\$ 625,00	R\$ 9.375,00
3	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
4	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
5	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 18.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	5	R\$ 1.050,00	R\$ 5.250,00
6	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo	2771	Unidade	5	R\$ 1.050,00	R\$ 5.250,00

	split hi wall - 18.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.					
7	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 24.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	1	R\$ 1.487,50	R\$ 1.487,50
8	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 24.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	1	R\$ 1.487,50	R\$ 1.487,50
9	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 30.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	1	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00
10	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 30.000 BTUS. DSEI/ARJ – SEDE ADMINISTRATIVA – CRUZEIRO DO SUL/AC.	2771	Unidade	1	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00

11	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. POLO BASE - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	3	R\$ 625,00	R\$ 1.875,00
12	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. POLO BASE - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	3	R\$ 625,00	R\$ 1.875,00
13	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. UBSI BARÃO - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	6	R\$ 625,00	R\$ 3.750,00
14	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. UBSI BARÃO - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	6	R\$ 625,00	R\$ 3.750,00
15	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	1	R\$ 625,00	R\$ 625,00
	Manutenção CORRETIVA em	2771	Unidade	1	R\$ 625,00	R\$ 625,00

16	aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA					
17	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	3	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
18	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	3	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
19	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
20	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores	2771	Unidade	8	R\$ 1.050,00	R\$ 8.400,00

21	de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 18.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA					
22	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 18.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	8	R\$ 1.050,00	R\$ 8.400,00
23	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 30.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	1	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00
24	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 30.000 BTUS. CASAI - MÂNCIO LIMA	2771	Unidade	1	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00
25	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. POLO BASE DE MARECHAL THAUMATURGO	2771	Unidade	2	R\$ 625,00	R\$ 1.250,00
	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de	2771	Unidade	2	R\$ 625,00	R\$ 1.250,00

26	peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. POLO BASE DE MARECHAL THAUMATURGO					
27	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. POLO BASE DE PORTO WALTER	2771	Unidade	1	R\$ 625,00	R\$ 625,00
28	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 9.000 BTUS. POLO BASE DE PORTO WALTER	2771	Unidade	1	R\$ 625,00	R\$ 625,00
29	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE PORTO WALTER	2771	Unidade	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
30	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE PORTO WALTER	2771	Unidade	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores	2771	Unidade	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00

31	de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE FEIJÓ					
32	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE FEIJÓ	2771	Unidade	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
33	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE JORDÃO	2771	Unidade	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
34	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE JORDÃO	2771	Unidade	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
35	Manutenção PREVENTIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE JORDÃO	2771	Unidade	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
	Manutenção CORRETIVA em aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se	2771	Unidade	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00

36	necessário. Aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall - 12.000 BTUS. POLO BASE DE JORDÃO					
37	Instalação e Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar, com reposição de peças originais/similares se necessário. aparelhos condicionador de ar tipo split hi wall 9.000 a 30.000 BTU`s com distância de até 03(três) metros.	2020	Unidade	64	R\$ 687,50	R\$ 44.000,00
38	Manutenção Preventiva e Corretiva em Freezer Horizontal com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE FEIJÓ	3506	Unidade	1	R\$ 1.025,00	R\$ 1.025,00
39	Manutenção Preventiva e Corretiva em Freezer Horizontal com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE MARECHAL THAUMATURGO	3506	Unidade	1	R\$ 1.525,00	R\$ 1.525,00
40	Manutenção Preventiva e Corretiva em Freezer Horizontal com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE TARAUCÁ	3506	Unidade	1	R\$ 850,00	R\$ 850,00
41	Manutenção Preventiva e Corretiva em FREEZER HORIZONTAL com reposição de peças originais/similares se necessário - SEDE DSEI /ARJ	3506	Unidade	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
42	Manutenção Preventiva e Corretiva em REFRIGERADOR DUPLEX com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE TARAUCÁ	3506	Unidade	1	R\$ 850,00	R\$ 850,00
43	Manutenção Preventiva e Corretiva em REFRIGERADOR DUPLEX com reposição	3506	Unidade	1	R\$ 950,00	R\$ 950,00

	de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE FEIJÓ					
44	Manutenção Preventiva e Corretiva em REFRIGERADOR DUPLEX com reposição de peças originais/similares se necessário - SEDE DSEI /ARJ	3506	Unidade	1	R\$ 850,00	R\$ 850,00
45	Manutenção Preventiva e Corretiva em REFRIGERADOR DUPLEX com reposição de peças originais/similares se necessário - SEDE DSEI /ARJ	3506	Unidade	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
46	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - SEDE DSEI /ARJ	3506	Unidade	1	R\$ 612,50	R\$ 612,50
47	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - SEDE DSEI /ARJ	3506	Unidade	1	R\$ 812,50	R\$ 812,50
48	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE PORTO WALTER	3506	Unidade	1	R\$ 912,50	R\$ 912,50
49	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE TARAUCÁ	3506	Unidade	1	R\$ 712,50	R\$ 712,50
50	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE FEIJÓ	3506	Unidade	1	R\$ 812,50	R\$ 812,50

51	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE CRUZEIRO DO SUL	3506	Unidade	1	R\$ 612,50	R\$ 612,50
52	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE MARECHAL THAUMATURGO	3506	Unidade	1	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
53	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE PORTO WALTER	3506	Unidade	1	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
54	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - POLO BASE DE JORDÃO	3506	Unidade	1	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
55	Manutenção Preventiva e Corretiva em BEBEDOURO INDUSTRIAL e COLUNA com reposição de peças originais/similares se necessário - CASAI/ML	3506	Unidade	1	R\$ 812,50	R\$ 812,50
56	Manutenção Preventiva e Corretiva em CÂMARA DE VACINA TIPO GABINETE DE 120 L COM PAINEL DIGITAL - ELBER MEDICAL com reposição de peças originais /similares se necessário - SEDE DSEI/ARJ	20575	Unidade	1	R\$ 1.312,50	R\$ 1.312,50
57	Manutenção Preventiva e Corretiva em CÂMARA DE VACINA TIPO GABINETE DE 120 L COM PAINEL DIGITAL - ELBER MEDICAL com reposição de peças originais /similares se necessário - SEDE DSEI/ARJ	20575	Unidade	1	R\$ 1.312,50	R\$ 1.312,50
58	Manutenção Preventiva e Corretiva em CÂMARA	20575	Unidade	1	R\$ 1.775,00	R\$ 1.775,00

	DE VACINA TIPO GABINETE DE 120 L COM PAINEL DIGITAL - ELBER MEDICAL com reposição de peças originais /similares se necessário - POLO BASE DE MARECHAL THAUMATURGO					
59	PMOC - ELABORAÇÃO DO PLANO DE 5.000,00 10.000,00 MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, O PRESENTE PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE, TEM COMO OBJETIVO A OBSERVÂNCIA O DISPOSTO NA PORTARIA Nº 3.523/98 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A LEI Nº 13.589 /18, ESTABELECE QUE OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS E DE USO COLETIVO ANUAL 2 DEVERÃO TER UM PLANO DE MANUTENÇÃO QUE MANTENHA A QUALIDADE DO AR, EM ESPECIAL NO QUE DIZ RESPEITO A POLUENTES DE NATUREZA FÍSICA, QUÍMICA E BIOLÓGICA, CONFORME NBR 13.971 /97, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT E PORTARIA 3523 DE 28/08/1998 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RESOLUÇÃO 176/2000 ATUALIZADO PELA RESOLUÇÃO 09 /2003 DA ANVISA	16519	Unidade	2	R\$ 4.750,00	R\$ 9.500,00
TOTAL				R\$ 174.662,50 (cento e setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)		

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidad

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]

1.3. A licitação será dividida em grupos, conforme consta abaixo:

- **GRUPO 1 é composto pelos seguintes itens: 1 ao 24**
- **GRUPO 2 é composto pelos seguintes itens: 25 a 30**
- **GRUPO 3 é composto pelos seguintes itens: 31 a 36**
- **GRUPO 4 é composto pelos seguintes itens: 37 e 59**
- **GRUPO 5 é composto pelos seguintes itens: 38 a 55**
- **GRUPO 6 é composto pelos seguintes itens: 56 a 58**

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [cuja a não contratação possa comprometer a continuidade das atividades de manutenção e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. DESTACO QUE O VALOR DAS PEÇAS ESTÁ INCLUÍDO NO PREÇO UNITÁRIO DO ITEM, OU SEJA, NO VALOR DO SERVIÇO.

Prazo de vigência

*1.7. O prazo de vigência da contratação é de **[12 meses]** contados do(a) **[assinatura do contrato]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

1.10. O serviço em questão não se enquadra como bem de luxo.

1.11. Os serviços e peças previstos destinam-se exclusivamente à manutenção e ao adequado funcionamento dos equipamentos de refrigeração e climatização, essenciais às atividades do DSEI/ARJ e suas unidades. Não possuem caráter supérfluo, suntuoso ou de luxo, sendo necessários à continuidade e à qualidade dos serviços de saúde prestados à população indígena. Dessa forma, o objeto não se enquadra como bem de luxo, por atender a necessidades essenciais da Administração Pública, conforme o Decreto nº 10.818/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

*2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **[2026]**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional e eficiente dos recursos tecnológicos, priorizando a manutenção preventiva como forma de prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzir a necessidade de substituição precoce e minimizar a geração de resíduos eletroeletrônicos.

4.1.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.1.3. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias.

b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração.

c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer

outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R- 502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

g.1 quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

g.2 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: As manutenções serão nos equipamentos das seguintes marcas: Condicionares de Ar: ELGIN e MIDEA; Freezers: CONSUL; Refrigeradores: ELECTROLUX e BRASTEMP; Bebedouro: ESMALTEC e KNOX; Câmaras de Vacina: ELBER MEDICAL e em outros equipamentos de outras marcas.

Subcontratação[A6]

4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:[A7]

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação[A8]

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **07:30** horas às **16:00** horas.

4.34. Serão disponibilizadas data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17] .

4.35.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizados pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados pelo e-mail selog.dseiarij@saude.gov.br(com cópia para alexandre.dseiarij@gmail.com) ou pelo telefone (68) 98101-0110, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato **OU** da emissão da ordem de serviço.

5.1.1.2 Após o recebimento do empenho consolidado, a empresa ganhadora realizará, se for o caso, o serviço nas instalações dos locais previstos na contratação ou na impossibilidade de realização no local deverá retirar o material, mediante documento devidamente assinado pelo responsável pelo recolhimento e pelo fiscal de contrato, nas dependências dos locais previstos na contratação, logo após o término do serviço o material deverá ser restituído e instalado, se for o caso.

5.1.1.3 Destacamos ainda que o serviço será **executado sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço.**

5.1.1.4. *Marcas e Tipos dos Equipamentos: Condicionares de Ar: ELGIN e MIDEA; Freezers: CONSUL; Refrigeradores: ELECTROLUX e BRASTEMP; Bebedouro: ESMALTEC e KNOX; Câmaras de Vacina: ELBER MEDICAL além de outros equipamentos de outras marcas.*

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho será definida pela Contratada juntamente com a Contratante, seguindo o que está disposto no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços:* o cronograma dos serviços a serem realizados, será definido entre a Contratada e o Contratante, após a assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

a) SEDE

- **Sede do DSEI/ARJ** - Rua Formoso, Bairro Formoso, n.º 225, Cruzeiro do Sul, Acre, CEP: 69.980-000.

b) CASAI

- **Casa de Apoio à Saúde Indígena - CASAI** - Rua 21 de abril, S/N, Bairro Guarani, Mâncio Lima, CEP: 69.990-000.

c) Polos Base

- Polo Base de Porto Walter: Rua Djalma Correia, Bairro Cristo Rei, Nº 980, Porto Walter, CEP: 69.982-000.
 - Distância: Porto Walter - Cruzeiro do Sul: 141 km via Fluvial.
- Polo Base de Marechal Thaumaturgo: Rua Francisco Bezerra, nº 400, Bairro Centro, Marechal Thaumaturgo, CEP: 69.983-000.
 - Distância: Marechal Thaumaturgo - Cruzeiro do Sul/AC: 299 km via Fluvial.
- Polo Base de Tarauacá: Rua Epaminonda Jacome, Bairro Centro, Tarauacá, nº 904, CEP: 69.979-000.
 - Distância: Tarauacá - Cruzeiro do Sul: 140 km via Terrestre
- Polo Base de Feijó: Rua 1º de Janeiro, Segundo Distrito, nº 71, Feijó, CEP: 69.960-000
 - Distância: Feijó - Cruzeiro do Sul: 325 km via Terrestre
- Polo Base de Jordão: Rua Ministro Ilmar Galvão, Bairro Centro, nº 760, Jordão, CEP: 69.975-000.
 - Distância: Jordão - Cruzeiro do Sul: 571 km sendo 229 km via Terrestre e o restante fluvial.
- Polo Base de Mancio Lima: Av. Japiim, Bairro Centro, Nº 2030, Mâncio Lima, CEP: 69.990-000.
 - Distância: Mâncio Lima - Cruzeiro do Sul: 40 km via Terrestre.

- Polo Base de Cruzeiro do Sul: BR 364, KM 74, S/N. Cruzeiro do Sul, CEP: 69.980-000.
- Distância: DSEI/ARJ - Polo Base de Cruzeiro do Sul: 66,3 km via Terrestre.

d) UBSIs

- UBSI Barão - Município de Mâncio Lima - Área Rural
 - Distância: Polo Base de Mâncio Lima - UBSI Barão: 14 km via Terrestre.
- UBSI República - Município de Mâncio Lima - Área Rural
 - Distância: Polo Base de Mâncio Lima - UBSI República: 83 km via Fluvial.
- UBSI Caucho - Município de Tarauacá - Área Rural
 - Distância: Polo Base de Tarauacá - UBSI Caucho: 13 km via Fluvial.
- UBSI Katukina - Município de Cruzeiro do Sul - Área Rural
 - Distância: DSEI/ARJ - UBSI Katukina: 66,3 km via Terrestre.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: *08:00 as 16:00 de segunda a sexta.*

Rotinas [A5] a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas descritas no Estudo Técnico Preliminar no que se refere ao uso adequado dos produtos/insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários para a realização dos serviços.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.*

5.4.1. Equipamentos e instrumentos de medição;

5.4.2. Ferramentas manuais e elétricas

5.4.3. Materiais de consumo e higienização

5.4.4. Materiais elétricos e de refrigeração

5.4.5. Peças de reposição

5.4.6 Equipamentos de Proteção Individual – EPI

5.4.7. Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, EPIs e peças de reposição deverão ser **novos ou em perfeito estado de uso**, compatíveis com os equipamentos atendidos, atendendo às normas da ABNT, NR-06, NR-10, NR-35 e demais legislações aplicáveis, cabendo ao Contratado sua substituição imediata sempre que necessário, sem ônus adicional para a Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]*

5.5.1. *Localização dos locais previstos para manutenção dos equipamentos:*

5.5.1.1 **Considerar as distâncias sendo ida e volta o somatório de ida + volta = total de km a ser percorrido, por exemplo: ida - Porto Walter - Cruzeiro do Sul: 141 km via Fluvial + volta - Cruzeiro do Sul - Porto Walter: 141 km via Fluvial = 282 km via Fluvial.**

5.5.1.2. Garantia mínima de 90 dias para os serviços realizados e peças substituídas.

a) SEDE

- **Sede do DSEI/ARJ** - Rua Formoso, Bairro Formoso, n.º 225, Cruzeiro do Sul, Acre, CEP: 69.980-000.

b) CASAI

- **Casa de Apoio à Saúde Indígena - CASAI** - Rua 21 de abril, S/N, Bairro Guarani, Mâncio Lima, CEP: 69.990-000.

c) Polos Base

- Polo Base de Porto Walter: Rua Djalma Correia, Bairro Cristo Rei, Nº 980, Porto Walter, CEP: 69.982-000.
 - Distância: Porto Walter - Cruzeiro do Sul: 141 km via Fluvial.
- Polo Base de Marechal Thaumaturgo: Rua Francisco Bezerra, nº 400, Bairro Centro, Marechal Thaumaturgo, CEP: 69.983-000.
 - Distância: Marechal Thaumaturgo - Cruzeiro do Sul/AC: 299 km via Fluvial.
- Polo Base de Tarauacá: Rua Epaminonda Jacome, Bairro Centro, Tarauacá, nº 904, CEP: 69.979-000.
 - Distância: Tarauacá - Cruzeiro do Sul: 140 km via Terrestre
- Polo Base de Feijó: Rua 1º de Janeiro, Segundo Distrito, nº 71, Feijó, CEP: 69.960-000
 - Distância: Feijó - Cruzeiro do Sul: 325 km via Terrestre
- Polo Base de Jordão: Rua Ministro Ilmar Galvão, Bairro Centro, nº 760, Jordão, CEP: 69.975-000.
 - Distância: Jordão - Cruzeiro do Sul: 571 km sendo 229 km via Terrestre e o restante fluvial.
- Polo Base de Mancio Lima: Av. Japiim, Bairro Centro, Nº 2030, Mâncio Lima, CEP: 69.990-000.
 - Distância: Mâncio Lima - Cruzeiro do Sul: 40 km via Terrestre.
- Polo Base de Cruzeiro do Sul: BR 364, KM 74, S/N. Cruzeiro do Sul, CEP: 69.980-000.
 - Distância: DSEI/ARJ - Polo Base de Cruzeiro do Sul: 66,3 km via Terrestre.

d) UBSIs

- UBSI Barão - Município de Mâncio Lima - Área Rural
 - Distância: Polo Base de Mâncio Lima - UBSI Barão: 14 km via Terrestre.
- UBSI República - Município de Mâncio Lima - Área Rural
 - Distância: Polo Base de Mâncio Lima - UBSI República: 83 km via Fluvial.
- UBSI Caucho - Município de Tarauacá - Área Rural
 - Distância: Polo Base de Tarauacá - UBSI Caucho: 13 km via Fluvial.
- UBSI Katukina - Município de Cruzeiro do Sul - Área Rural
 - Distância: DSEI/ARJ - UBSI Katukina: 66,3 km via Terrestre.

5.5.2. Marcas e Tipos dos Equipamentos: Condicionares de Ar: ELGIN e MIDEA; Freezers: CONSUL; Refrigeradores: ELECTROLUX e BRASTEMP; Bebedouro: ESMALTEC e KNOX; Câmaras de Vacina: ELBER MEDICA além de outros equipamentos de outras marcas.

Especificação[A14] da garantia do serviço

5.14. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.18. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. O acompanhamento e fiscalização serão realizados por servidores designados pelo DSEI/ARJ, que verificarão o cumprimento das manutenções, análise das Ordens de Serviços, a adequação dos relatórios dos serviços executados com base na emissão das Ordens de Serviços apresentados e a compatibilidade entre as OS emitidas e as OS não emitidas.

6.16.2. Acompanhar as manutenções solicitadas, verificando se foram cumpridas nos prazos, se os equipamentos estão funcionando normalmente nas condições estabelecidas

6.16.3. Conferir os relatórios de execução das OS, validando as manutenções efetivamente realizadas.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.33.1. O acompanhamento e fiscalização serão realizados por servidores designados pelo DSEI/ARJ, que verificarão o cumprimento das manutenções, análise das Ordens de Serviços, a adequação dos relatórios dos serviços executados com base na emissão das Ordens de Serviços apresentados e a compatibilidade entre as OS emitidas e as OS não emitidas.

6.33.2. Acompanhar as manutenções solicitadas, verificando se foram cumpridas nos prazos, se os equipamentos estão funcionando normalmente nas condições estabelecidas

6.33.3. Conferir os relatórios de execução das OS, validando as manutenções efetivamente realizadas.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR) **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Relatórios de execução apresentados pela contratada, contendo as OS emitidas preenchidas e com as devidas assinaturas.

7.5.2 Ordens de serviço, e-mail ou solicitações autorizadas emitidas pelo DSEI, que servirão como referência para validação dos serviços prestados.

7.5.3. Conferência do saldo dos serviços contratados, controlado pelo contratado;

7.5.4. Notas fiscais, que deverão estar acompanhadas dos documentos comprobatórios listados acima, para efeito de liquidação.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **[mensal]**

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **[IPCA/IBGE]** de correção monetária.[A9]

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste[A23]

7.76. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado [A24] da data do orçamento estimado, em [02/02/2026].*

7.78. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do [IPCA/IBGE][A27], exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.79. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.80. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito[A28]

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A31]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07%** (**sete centésimos por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **2 (dois)** dias.[A1] [A2]*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1%** (**um por cento**) a[A4] **3%** (**três por cento**) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1%** (**um por cento**) a **3%** (**três por cento**) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1%** (**um por cento**) a **3%** (**três por cento**) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1%** (**um por cento**) a **3%** (**três por cento**) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1%** (**um por cento**) a **2%** (**dois por cento**) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

8.2.4.7.1. *Não cumprimento das solicitações específicas do DSEI, comprometendo a execução do serviço; Falta de disponibilização de equipe técnica apropriada, equipamentos inadequados para a manutenção comprometendo a vida útil dos equipamentos;*

8.2.4.7.1.3. *Documentação incompleta ou incorreta, como relatórios de Ordem de Serviço emitidas ou não apresentação dos relatórios preenchidos de forma inconsistente;*

8.2.4.7.1.4. *Descumprimento de requisitos de segurança, manutenção ou certificação da equipe que impeça a execução dos serviços autorizados;];*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO] sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução[A2]

9.3. **O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.**

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A7] :

9.71. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências[A8] de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **[patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado]**

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica (A21)

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.38.2 Declaração Formal de Disponibilidade dos recursos necessários de Mão de Obra, Ferramentas e Equipamentos, Estrutura Física, será necessária para a execução dos objetos deste Termo de Referência que se enquadrem nesses requisitos

9.38.3 Atestado de visita (quando a vistoria for realizada), ou declaração formal assinada pelo responsável indicado pela empresa, de que tem pleno conhecimento das particularidades do serviço/local.

9.38.4 Registro da pessoa jurídica no CREA ou Conselho competente, registro ou inscrição no CREA ou Conselho competente do técnico, tecnólogo na área de refrigeração e ar condicionado ou engenheiro mecânicos ou industriais na modalidade mecânica ou mecânicos eletricitas ou operacionais na área de refrigeração e ar condicionados, que faça parte da equipe técnica e sua comprovação do vínculo empregatício e acervo técnico na execução de manutenção de aparelhos de ar condicionados ou sistema de ar condicionados com potência acima de 5 TR.

9.38.5 A comprovação de vínculo profissional se fará:

- por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;

- por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes:[A26]

9.41.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional[A31]

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. Para o Técnico em Refrigeração: serviço de manutenção de equipamentos de refrigeração conforme consta neste Termo de Referência.

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração [A32] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A33]

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ 174.662,50 (cento e setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima***

10.1.2 *A licitação será composta por grupos, conforme consta abaixo:*

- **GRUPO 1 é composto pelos seguintes itens: 1 ao 24**
- **GRUPO 2 é composto pelos seguintes itens: 25 a 30**
- **GRUPO 3 é composto pelos seguintes itens: 31 a 36**
- **GRUPO 4 é composto pelos seguintes itens: 37 e 59**
- **GRUPO 5 é composto pelos seguintes itens: 38 a 55**
- **GRUPO 6 é composto pelos seguintes itens: 56 a 58**

10.4. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.4.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.4.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.4.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.4. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. *As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas*

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável.

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 DIAS, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4. 1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *120 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 120 dias.[A9]

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A10]

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s)) - Consta no Termo de Referência*

4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

- 4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]*
- 4.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*
- 4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

- 5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 5.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 5.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]*
- 5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]*
- 5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. Indenizações e multas.

6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Cruzeiro do Sul/AC, Seção Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/08/2026 às 18:07:45.

MARCOS ANTONIO ALVES SIQUEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/08/2026 às 17:34:03.

JAIME CHAVES CORREA NETO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/08/2026 às 17:50:40.

Despacho: Aprovo o TR nº 83/2025 - Contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos de refrigeração.

JOSE AURICELIO SERENO KAXINAWA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 31/08/2026 às 17:25:25.